

ATA 04/08-CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO ALEGRE

Aos 21 dias do mês de fevereiro de 2008, com início as 18:40 horas, e tendo por local o Auditório da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre, na Avenida João Pessoa, 325 realizou-se mais uma Plenária do Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre, com a seguinte proposta de pauta: 1)Abertura, 2)Avaliação da Ata 02/08, 3)Faltas Justificadas, 4)Leitura de Parecer 05/08, 5)Informes, 6)**Pauta Principal: a)Instrução Normativa 04/07 da Assistência Farmacêutica e b)Eleições do Núcleo de Coordenação, com a Comissão Eleitoral.** Estavam presentes os seguintes Conselheiros Titulares: 1)**Oscar Paniz, 2)Nei Carvalho, 3)Rejane Haidrich, 4)Flávio Becco, 5)Marta Marcantonio, 6)João Felisberto Vargas Mello, 7)Clodomar Freitas, 8)Maria Leticia de Oliveira Garcia, 9)Paulo Goulart dos Santos, 10)Deoclides Ferreira de Almeida, 11)Jaci dos Santos, 12)Maria Encarnacion Morales Ortega, 13)Odir Citolin, 14)Elen Maria Borba, 15)Heloisa Helena Rousselet de Alencar, 16)José Carlos Silveira Vieira, 17)Luciana Zanetti, 18)Maria Angélica Mello Machado, 19)Giovana Monteiro, 20)Alberto Terres, 21)Sandra Mello Perin, 22)Débora Raymundo Melecchi, 23)Renata Cristina Rocha da Silva, 24)Adriana Rojas, 25)Silvia Giuliani, 26)Almerinda Rejane Cunha dos Santos, 27)Maria Rejane Seibel, 28)Gilnei Rachinhas Borges, 29)Alcides Pozzobon, 30)Roger dos Santos Rosa, 31)Irineu Keisermann Grinberg, 32)Izolda Machado Ribeiro, 33)James Martins da Rosa. Os Conselheiros Suplentes presentes foram: 1)**João Batista Ferreira, 2)Miriam França 3)Humberto José Scorza, 4)Masurquete de Azevedo Coimbra, 5) Cláudia Feldmann Gonçalves, 6)Ana Maria de Araújo Cirne.** Os conselheiros que justificaram suas faltas foram Jonas Mendonça, Paulo Antonio Stoelben, Tânia Ledi da Luz Ruchinsque, Ione Nichelle, Jairo Tessari e Ana Cláudia de Paula. Registra a Coordenadora que a Conselheira LINDSAY LARSON, do Centro dos Hemofílicos, está solicitando o afastamento de sua vaga no Conselho Municipal de Entorpecentes e portanto estamos solicitando à Plenária se há algum conselheiro interessado em ocupar esta vaga. Precisamos de mais três representantes para as suplências. Caso haja interesse deve ser procurada a Secretaria do Conselho para os devidos trâmites.. A Coordenadora ZILDA DE MORAES MARTINS encaminha a avaliação da Ata 02/08 ao Plenário. Consulta sobre propostas de alteração/correção. Manifesta-se o conselheiro ALBERTO TERRES dizendo não constar na Ata uma manifestação minha, quanto representante do Sindicato, pois naquele dia propus que a gente encaminhasse um ofício ao Ministério da Saúde, solicitando uma Auditoria na Secretaria Municipal da Saúde de Porto Alegre. Naquele momento houve todo um debate, uma discussão e a Coordenadora não quis colocar em votação. Eu solicitei que isto constasse em Ata. Que a Coordenadora do Conselho não quis colocar em votação a proposta deste Conselheiro, que era de solicitar uma auditoria do Ministério da Saúde na Secretaria Municipal de Saúde. Portanto gostaria que fosse feita esta retificação. Manifesta-se a Coordenadora ZILDA MARTINS que diz lembrar que o Conselheiro ALBERTO TERRES fez uma proposição, mas após ele teria retirado. Volta a manifestar-se o ALBERTO TERRES. Solicito que seja garantido que será colocado na Ata esta minha manifestação. Eu não retirei, eu solicitei que constasse em Ata. Quero que conste na Ata esta minha manifestação. Nada mais havendo o Conselheiro OSCAR PANIZ, encaminha a votação da Ata 02/08, sendo a mesma aprovada por 20 votos favoráveis, nenhum contrário e 5 abstenções. Seguindo a Coordenadora ZILDA MARTINS encaminha a apresentação do Parecer , que temos na Pauta de hoje. A Conselheira HELOISA ALENCAR apresenta então o **PARECER 05/08 do HOSPITAL MATERNO INFANTIL PRESIDENTE VARGAS. Refere-se ao Pré-Projeto de Reforma da UTI para Adultos. Valor de R\$ 549.463,70. Os Recursos devem ser originados conforme Resolução 02/08 do Conselho Municipal de Saúde de 7 de fevereiro de 2008.** A Plenária é**

51 consultada sobre algum esclarecimento a ser feito pois contamos com a Presença do
52 Diretor do Hospital, Dr. CARLOS CASARTELLI. Não havendo manifestações o Parecer
53 05/08 é encaminhado para votação, sendo aprovado por 25 votos favoráveis, 2
54 abstenções e nenhum voto contrário. Dando andamento a Plenária a Coordenadora
55 ZILDA DE MORAES MARTINS abre para a pauta principal que é o debate sobre a
56 NORMATIVA 04/07 da Assistência Farmacêutica, publicada em novembro de 2007. O
57 Conselheiro OSCAR PANIZ manifesta-se dizendo que o motivo desta pauta foram as
58 inúmeras reclamações recebidas, principalmente via telefone, de usuários. Também houve
59 reclamações dos serviços através de diversos profissionais, como por exemplo de
60 médicos, que, em muitos casos teriam se transformado meros trocadores de receitas.
61 Nós, do Conselho, enviamos correspondência ao gabinete, em dezembro, demonstrando
62 nossa preocupação sobre as repercussões da Normativa. Não discutíamos o seu mérito,
63 mas sim a forma como foi gerada e aplicada. Fala então o Senhor Coordenador da
64 Assistência Farmacêutica, JULIANO ROCHA SOFIA, que inicia dizendo que a Instrução
65 Normativa 04/07 foi publicada no Diário Oficial do Município em 5 de novembro de 2007.
66 Esta Instrução Normativa já era pauta desta Secretaria desde o ano de 1996. Assim que
67 cheguei a esta Secretaria, numa reunião que tive com meu antecessor, o farmacêutico
68 ANDRÉ PORTO e o farmacêutico MATEUS, que o assessorava, recebi das mãos deles os
69 Projetos que estavam em andamento nesta Secretaria, na Administração anterior, dentre
70 os quais estava a normatização do funcionamento das farmácias. O Projeto tinha este
71 nome, Projeto de Normatização e Funcionamento das Farmácias e Dispensários, que são
72 as Farmácias nas Unidades de Saúde, PSFs e assim por diante. Este projeto se baseava
73 numa recomendação da 1ª Conferência Municipal de Assistência Farmacêutica e Política
74 de Medicamentos, que se realizou de 23 a 25 de maio de 2003, que tirei da página do
75 Conselho Municipal de Saúde, no Relatório da Conferência. Faz o Senhor JULIANO a
76 leitura de parte do deste Relatório, onde destaca de onde se originaram as bases para a
77 elaboração da Normativa. Diz então que no Anexo 1 tem as propostas aprovadas pela
78 Plenária naquela conferência. Então: “ a dispensação de medicamentos será
79 condicionada ao fornecimento de receita médica, odontológica, enfermagem “ “ as
80 receitas a serem atendidas, devem ser geradas no Sistema Único de Saúde de Porto
81 Alegre, em Atenção Primária, Centros de Saúde e Ambulatórios Especializados, Serviços
82 de Urgências e Hospitalares, devendo o cidadão beneficiado ser munícipe de Porto
83 Alegre. O Dr. JOAQUIM KLIEMANN, que era Secretário da Saúde na época, logo em
84 seguida da Conferência editou uma Portaria e fechava a dispensação para os munícipes.
85 Esta Portaria posteriormente foi fruto de ação judicial do Sindicato Médico do Rio Grande
86 do Sul e que foi derrubada pelo judiciário e que abriu novamente, em função desta ação,
87 para todos os usuários, de qualquer lugar, que chegasse com receitas médicas em
88 nossas farmácias. Dizia ainda que “as receitas oriundas de outros serviços de saúde , não
89 credenciados pelo SUS, poderão, administrativamente serem validadas pelo serviço de
90 Saúde de Atenção Primária do SUS, para dispensação de medicamentos, não gerando,
91 necessariamente, nova consulta. No entanto, os usuários deverão ser vinculados aos
92 territórios e listas de pacientes das Unidades de Saúde, cadastrados e em
93 acompanhamento”. Diante disso e da proposta de Normativa, por parte da
94 administração, reuni-me, no ano de 2005, com os Farmacêuticos do quadro, e após
95 diversas reuniões, encaminhamos para a Coordenação da Rede, para que ela, de forma
96 democrática, estendesse aos demais profissionais, para que após, se juntassem as
97 sugestões dos farmacêuticos, dos diversos profissionais, se fizesse um compilado e se
98 encaminhasse para o Senhor Secretário, para dar o andamento necessário, para
99 publicação da Normativa. Ela ficou do ano de 2005 ao ano de 2007 sem andamento.
100 Quando o Dr. ELISEU SANTOS assumiu, nos chamou e perguntou como estava isso,

101 pois ele já tinha ciência disso desde 2005. Informei que esta Normativa estava na
102 Coordenação de Rede, aguardando desde o ano de 2005. Em junho de 2007, nós
103 encaminhamos novamente para a Coordenação de Rede e demos um prazo até setembro
104 do mesmo ano para que fosse novamente estudado pelos profissionais e fosse levado
105 para consulta. Não recebemos respostas. Fomos chamados pelo Ministério Público, que
106 cobrou da Assistência Farmacêutica, o cumprimento das normativas emanadas da
107 Conferência Municipal de Assistência Farmacêutica e nos deu prazo. Agendou uma nova
108 data para o dia 5 de novembro de 2007, o prazo para que levássemos à ela, Dra.
109 MARINES ASSMANN, já publicado no Diário Oficial do Município, as normativas de
110 funcionamento das farmácias. Correu este prazo. Demos mais um prazo para que os
111 funcionários da Rede discutissem com seus profissionais. Chegaram até nos algumas
112 sugestões, que foram aceitas. Outras que não passaram. Isso foi pauta de discussão com
113 os Gerentes Distritais e com outros colegas da Secretaria Municipal da Saúde, a questão
114 da receita SUS. Tínhamos que seguir não somente a resolução da conferência, mas
115 também resolução e recomendação do Ministério da Saúde e da Secretaria Estadual da
116 Saúde, através da CIB. Para que não gerasse um desconforto. Por decisão do Secretário,
117 estendemos o prazo de implantação dela para janeiro de 2008. Então a Portaria saiu em
118 novembro. Já estaria valendo, para ser cobrada a partir de 6 de novembro, mas
119 entendendo que deveríamos informar aos munícipes, orientar os usuários para que
120 passassem por consulta médica no SUS ou validasse sua receita na Unidade de Saúde.
121 Colocamos em prática, ela, a partir de janeiro de 2008. Em algumas Unidades ainda
122 estão implantando. No IAPI o farmacêutico estava em férias e ela passou a ser cobrada a
123 partir do mês de fevereiro. Estamos recebendo questionamentos pela sua implantação,
124 não em relação a receita SUS mas o que pode ser feito em alguns casos especiais.
125 Encaminhamos, a poucos dias atrás, porque estavam cobrando da GRSS que eram os
126 Serviços Credenciados, para que pudéssemos também acatar e aceitar estas
127 prescrições pelo SUS. Recebemos a poucos dias e já enviamos para as Unidades e
128 Gerências Distritais a lista das entidades como Hospitais, Laboratório, Clínicas das quais
129 vão ser aceitas estas receitas. E estamos também, diariamente, recebendo dúvidas e as
130 sanando tanto de farmacêuticos, como colegas de Unidades de Saúde, das Gerências
131 Distritais, da Coordenação de Rede, tentando viabilizar o atendimento, para que a
132 população não se sinta prejudicada e uma das recomendações que eu passei era de que
133 paciente que chegasse na Farmácia com receita privada, particular, que fosse atendido
134 na primeira vez, que o informasse que a Instrução Normativa está valendo. Nós lhe
135 atenderemos, mas fique sabendo que no próximo mês somente poderá retirar com
136 receita proveniente do Serviços do SUS. Iniciam os questionamentos, com a
137 Conselheira MARIA ENCARNACION, que diz que uma das reclamações que vem sobre
138 estes trabalhadores que vão retirar medicamentos, com receitas que não são do SUS, é
139 de que as vezes as pessoas são liberadas pela empresa um dia, para irem no seu
140 Convênio. Ai mandam um familiar no Posto e lá dizem que tem de ser a pessoa. Esta
141 não pode faltar dois dias no serviço. Está acontecendo isso na nossa Região, que é a
142 Leste. Quando é medicamento controlado, tu não consegue falar com o especialista. Não
143 consegue tirar a nova receita. O que está acontecendo nas Farmácias Distritais? As
144 farmácias da rede mandam lá buscar medicamento e ai nas distritais dizem, “esta não
145 pode”. E isso de dizer, que na primeira vez tu vai receber e na segunda não, não está
146 colando, pois chegam lá, tem Unidade que recebe, explica e esclarece. Tem outra, que não
147 fazem nada disso. Não dão medicamento, pois tem de consultar com o médico. Ai chega
148 às 7 horas da manhã, não tem mais ficha. Isso não foi divulgado e a comunidade teria de
149 saber o que está acontecendo. Manifesta-se a Conselheira DÉBORA MELECCHI, pelo
150 Sindicato dos Farmacêuticos, dizendo que com certeza a Instrução Normativa trás muitas

151 normas necessárias para o processo de dispensação. Mas aqui eu trago dois pontos, que
152 já discutimos, pois este debate não é novo e com certeza é polêmico, e é necessário que
153 se faça com todos os segmentos. Primeiro. Sim, os usuários estão sendo excluídos de
154 buscar o seu medicamento nos postos. Segundo. Pelo fato de não termos discutido a
155 Instrução Normativa aqui no Conselho Municipal de Saúde, como nos Conselhos Locais e
156 Distritais, tendo oportunidade para ter contato, diretamente com os usuários. Porque estes
157 dois enfoques que trago? Em primeiro lugar temos que nos lembrar que a Constituição
158 de 1988, da Lei 8080, que diz que o Setor Privado pode sim participar do Sistema único
159 de Saúde, de forma complementar. Segundo necessidade da participação da
160 comunidade. Terceiro. Lembrar que a Política Nacional de Assistência Farmacêutica, está
161 inserida numa Política de Saúde, baseadas nos princípios do Sistema Único.
162 Integralidade, Igualdade, Equidade e Universalidade. Diante disso, gostaria de estar
163 repassando a minha preocupação, que em primeiro lugar, os usuários não estavam
164 avisados e estão chegando nos postos e estão saindo sem medicamentos. Segundo
165 questionamento,: quantos usuários usufruem de Plano de Saúde pois as empresas
166 oferecem. Sabemos o que está acontecendo em Porto Alegre. Vai lá, consulta o seu
167 Plano de Saúde, seu médico e aí consulta um médico do SUS para simplesmente validar
168 a sua receita. Ou seja, este médico que poderia atender um paciente que de fato
169 necessite de uma consulta, está simplesmente sendo repassador de receitas. Com isso
170 deverá aumentar a demanda. Tem previsão da Secretaria de ampliarmos o número de
171 consultas para atendermos nossos usuários? E, por fim, chego a conclusão, que se isto
172 der seguimento, teremos uma redução do acesso aos medicamentos em Porto Alegre.
173 Fala a seguir a Conselheira GIOVANA MONTEIRO, Conselheira pela Distrital Norte.
174 Lembro que antes da Conferência de Assistência Farmacêutica houve um Seminário
175 Interno de Gestores e Coordenadores da Saúde onde, exaustivamente, por dois dias,
176 discutimos a Assistência Farmacêutica. Não sei se isto foi resgatado. Foi uma discussão
177 interna longa,, que foi levada para a Conferência. Uma das coisas que discutimos naquela
178 época, e quero colocar aqui, porque acho importante, pois acabamos de perder o fio da
179 história. Foi quanto a organização do fluxo dos medicamentos e dispensação de
180 medicamentos. Naquela época discutiu-se o papel das Unidades Básicas de Saúde na
181 dispensação dos medicamentos. Lembro-me bem que esta questão da resolutividade das
182 Unidades de Saúde, de não conseguirem, muitas vezes darem conta de atendimento, foi
183 uma das coisas principais da discussão. Ou seja, que as Unidades Básicas de Saúde
184 fossem dispensários de medicamentos para a própria área de atuação e de que teríamos
185 as Farmácias Distritais, que foi quando surgiu a idéia das Farmácias Distritais. Que elas
186 distribuíssem as medicações controladas e pudessem abarcar o fluxo do Distrito, das
187 outras receitas, que não fossem das Unidades daquele Distrito, daquela região. Não é
188 assim que está funcionando. As coisas não aconteceram desta forma. A DÉBORA disse
189 que muita coisa veio para normatizar e concordo. Nome correto do paciente, endereços,
190 mas chegamos num ponto em que estamos agora aumentando a demanda das Unidades
191 Básicas de Saúde sem esta discussão ter acontecido da forma como já aconteceu dentro
192 da própria Secretaria e dos próprios Conselhos Distritais. As Unidades Básicas de Saúde
193 agora estão, além de estarem com difícil resolutividade em várias áreas, e dou o
194 exemplo da US Santa Rosa, que após a ANGÉLICA irá falar. Com falta de médico. Saiu
195 um Clínico Geral e não foi repostado. O que acontece? Tem um médico lá, para validar uma
196 receita, enquanto as outras pessoas não tem nem condições de estarem fazendo uma
197 consulta médica, necessária naquele momento. Então quero lembrar que se as
198 Conferências nos dão indicativos, como Gestor, temos de discutir a questão do fluxo e
199 qual a realidade que nós temos. A dispensação de medicamentos deveria funcionar da
200 mesma maneira como validamos um exame de laboratório. Ela é uma continuidade de

201 uma consulta, dentro de uma Unidade Básica de Saúde. Por isso as Unidades Básicas
202 foram pensadas como dispensário. Qual é o real papel das Farmácias Distritais hoje, na
203 atual realidade. Se realmente foi pensado para isso? Temos que rever o fluxo disso. Não
204 dá mais para continuar da forma que está, onde o usuário chega no balcão da Unidade
205 Básica de Saúde e tu tem de pedir para ele ir na esquina fazer uma cópia xerox, quando
206 não tem dinheiro nem para comprar o leite, ou pedir para ele vir as cinco horas da manhã
207 para a fila. Voltamos para o sistema de filas. Para conseguir uma ficha com o Clínico
208 Geral, que já foi retirado da Unidade Básica de Saúde. Então queria deixar isso para ver
209 se não estamos sacrificando demais a nossa Rede Básica a qual não estamos dando
210 estrutura. Fala a Senhora TANIA FAILLACE, dizendo que o seu enfoque é legal. Uma
211 Instrução Normativa é um processo interno. Não pode ser superior a uma Lei e muito
212 menos a uma Lei Federal. Acho que esta Instrução Normativa é inconstitucional, pois ela
213 limita a universalidade, a gratuidade e a integralidade da assistência ao usuário. Fala a
214 seguir o Conselheiro HUMBERTO SCORZA, dizendo que trabalha na Unidade Santa
215 Cecília. Quando o JULIANO começou sua fala, iniciou pela Conferência, todo o processo
216 que teve e depois a GIOVANA acrescentou esta discussão que houve internamente.
217 Quer dizer, um trabalho construído com os trabalhadores e com a comunidade. Digo isso
218 porque fico muito surpreso com umas coisas, pois trabalho em uma Unidade privilegiada.
219 Nós temos uma Farmácia ali, que para mim é um exemplo de atendimento, nós temos
220 semanalmente reuniões. Em nenhum momento ouvimos dizer que os funcionários tinham
221 sido chamados para discutir este tipo de coisa. Foi feita uma colocação aqui de que os
222 funcionários foram chamados. Em nenhum momento esta discussão entrou para dentro
223 dos conselhos. O processo, como sempre na atual gestão, tem sido assim. Que o Senhor
224 Secretário tivesse conhecimento desde 2005, até duvido. Em todo caso, é fazer uma
225 Instrução Normativa para resolver aquele problema, que é aquele problema, de não ter
226 medicamentos dentro dos lugares que deveria de ter. Seguindo fala o Dr. PAULO,
227 Médico da Saúde Comunitária do GHC, que disse ter mandado um e-mail para o
228 Conselho sobre este assunto, que foi recebido em janeiro e até foi discutido no serviço.
229 Eu concordo com a colega farmacêutica que falou, que muitas vezes, existem pessoas,
230 com dificuldades, que pagam um convênio e muitas vezes tem uma parcela da população
231 que tem carteira assinada e as empresas pagam Convênio. Elas têm vínculos com
232 seus médicos. Consultam. Agora elas têm de ir numa Unidade de Saúde trocar sua
233 receita. Não é validar. É para o médico transcrever. Eu me sinto ofendido porque não sou
234 transcritor de receita. Sou formado a 16 anos. Trabalho 16 anos no SUS e não estou lá
235 para transcrever receita e sim para avaliar e examinar o paciente. E acho que uma
236 pessoa ir para uma Unidade, tirar o lugar de alguém, que esse sim, não tem convênio, não
237 tem emprego. Vai concorrer com alguém que tem este recurso. Vai chegar lá e me obrigar
238 a transcrever uma receita de um paciente que não acompanho, que muitas vezes tem
239 um vínculo de 5 ou 6 anos. E a questão ética? Qual é a questão ética de, eu como
240 médico ter de dar uma receita de outro paciente. Paciente que estou vendo por uma única
241 vez. Muitas vezes pode ter havido uma troca recente de medicação e a responsabilidade
242 é de quem carimba. Concordo que muitas coisas têm de ser normatizadas. A medicação
243 é para o município de Porto Alegre. Mas transformar nós, como transcritor e que o
244 paciente vai brigar por uma demanda que já é reprimida. Eu e muitos colegas estamos
245 orientando a procurarem o Ministério Público. Foi falado que é um direito universal pelo
246 SUS o acesso a medicação. Se a gente vai ver a Portaria das Farmácias Populares, ali
247 diz, aceitar receitas tanto do Convênio do SUS como de particulares. Acho que
248 expressão validar está totalmente errada. Validar é a pessoa ir à Unidade receber o
249 carimbo da Unidade. Agora, passar uma consulta para um colega, e me admiro um colega
250 médico, como o Secretário, assinar isso. Isso fere, pois transformar os médicos do SUS

251 em transcritores de receitas é nivelar por baixo. Como se a gente não tivesse o valor
252 nesta cidade, neste Sistema Único e na criação do SUS. Fala o Conselheiro OLIR
253 CITOLIN, dizendo inicialmente ser uma pena não ter participado desta Conferência. Não
254 sei onde andava, porque se tivesse participado teria gritado que nós temos uma Carta
255 Magna e esta Constituição deve ser respeitada. Por mais sonhadora que ela seja, ao
256 menos ela tenta resgatar a dignidade de quem não tem voz, não tem vez neste país. A
257 equidade. O SUS que está aí para ajudar os menos favorecidos. Isso é um nojo, para nós
258 trabalhadores do SUS, quando, como os nossos colegas que já falaram aqui na gente, as
259 Unidades não conseguem dar conta dos que temos cadastrados. Não conseguimos. Todo
260 dia estamos ouvindo desaforos. Nós trabalhadores somos culpados pelo caos que está
261 esta saúde. Já tem colegas nossos que apanharam. O que cria isto? Mais gente batendo
262 nas portas dos Postos, querendo consulta e não tem. Onde está o Sindicato Médico?
263 Deviam estar de bandeia, gritando por aí. Temos que pensar, sim, para todos. Que todos
264 tenham acesso. É um alívio para nós as pessoas que consultam no privado e chegam lá
265 para tirar a medicação. É um alívio para podermos atender o favelados, os que moram
266 nos becos que não tem água, não têm esgoto. Não tem moradia digna. Temos muita
267 gente morando assim. Penso pessoal, que temos de dar um jeito de derrubar isso aí.
268 Entrarmos para o Ministério Público. Fazermos alguma coisa. Nos temos falta de
269 medicação em Porto Alegre. Nas Distritais quase não tem mais nada. Agora se vocês
270 forem na Farmácia Popular, tem tudo. A Popular, com dinheiro público, vendendo
271 medicação. Nas nossas não tem AAS, Paracetamol, bactrin. Nada, praticamente nada.
272 Gostaria que tu, JULIANO, fosse nos postos, para ver como está a medicação. Temos
273 que pensar nestas pessoas que estão ali trabalhando, em que a Empresa dá um dia para
274 elas irem. Se tiverem um, dois atestado, vocês sabem o que acontece. Elas vão para a
275 rua. Mais um desempregado. Vamos pensar sério nestas pessoas, que têm os mesmos
276 direitos que todos nós temos. Obrigado. Fala, na continuidade, a Enfermeira MARIA
277 REJANE SEIBEL, representando o Sindicato dos Enfermeiros, que diz que toda a
278 Instrução Normativa que venha, no sentido de organizar, dentro de um Planejamento,
279 sempre é bem vinda. Mas o que a gente observou, JULIANO, e do jeito que foi discutido
280 com os trabalhadores, isto não aconteceu. A forma como está se dando é que nos
281 preocupa muito. Não houve, nem por Gerência, nem por Coordenador de Serviço, a
282 apresentação desta Instrução Normativa. Nós, como trabalhadores, tomamos
283 conhecimento pelo Diário Oficial e pelas conversas sobre o que estava acontecendo. Mas
284 enquanto orientação de dizer para o médico, e aqui estamos nos apegando muito apenas
285 da prescrição pelo SUS. Todos leram, toda a Normativa. Por exemplo, aquele item em
286 que o médico tem de colocar os dados completos como nome, endereço, nome do
287 medicamento, dosagem e posologia, e hoje, nas farmácias, se chagar, tu não dispensa
288 para mais de 5 pessoas, porque não existe isso. Isto não está não foi colocado. Nas
289 últimas reuniões em janeiro, somente que os Coordenadores, através dos Gerentes,
290 disseram que a partir daquele momento deveria ser dispensado somente pelo SUS.
291 Como orientação, de sentar com os profissionais e colocar como orientação, não
292 aconteceu. Diz a Instrução: "cada farmácia terá uma fila exclusiva para deficientes físicos
293 e gestantes". Qual o serviço que foi orientado para isso? Qual o serviço que tem
294 estrutura para isso? Quando as vezes não tem uma pessoa que fica num setor e vem
295 rapidamente para poder atender a farmácia e ainda se formar duas filas. Isso não foi
296 repassado também. Solicitar cópia ao usuário, já foi falado aqui que não tem nem o
297 dinheiro do medicamento, quanto mais para cópia. Solicitar documento de identidade?
298 Mesmo para consultas, não conseguimos implantar. Quanto mais para tirar
299 medicamentos. As vezes estamos fazendo a inscrição de uma gestante e ela não tem a
300 identidade. Aí vem àquela criança, que tu sabe que é filha daquela senhora, que tu sabe

301 que tu tem vínculo, mas tem 14 anos, a mãe está trabalhando e vem pegar um antibiótico,
302 pois consultou no fim de semana no Pronto Atendimento. Ela não vai poder retirar. Não
303 que não se saiba da responsabilização que se deve ter. Mas existem situações que tem
304 de ser um pouco mais observada. Não foi passado para os trabalhadores esta mudança
305 da organização do pessoal da farmácia. Que os medicamentos agora vão ser em ordem
306 alfabética, pelo nome genérico. Penso que deveríamos organizar mais os trabalhadores e
307 comunicar à população, pois para ela não foi colocado e isto gera momentos de tensão E
308 também, segundo uma ação do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul, os
309 medicamentos devem ser dispensados para quem não é de Porto Alegre. É estranho que
310 esta categoria, até agora, que implica na questão médica, ética, de estar fazendo a
311 transcrição, como o próprio médico já falou, não se tenha manifestado. Fala a
312 Conselheira HELOISA ALENCAR, afirmando ser médica e dentro do espírito que a
313 Conselheira GIOVANA MONTEIRO manifestou-se, gostaria de resgatar um pouco desta
314 história. E como o JULIANO trouxe muito bem retratado os Relatórios da Conferência
315 Municipal de Medicamentos, penso que é bom a gente resgatar não a palavra fria do
316 relatório, mas todo um espírito que gerou este debate, na cidade, naquela época, e que
317 precisa ser entendido. Quando se diz que a receita ou a medicação faz parte do
318 processo assistencial, não é algo separado do tratamento, da assistência ao Paciente, e
319 quando se dizia, na época, que era importante que o dinheiro do SUS, o dinheiro de Porto
320 Alegre para a Assistência Farmacêutica, era para o munícipe de Porto Alegre e que a
321 receita deveria ser do SUS ou validada, tinha todo um espírito de Rede. A gente
322 trabalhava com um conceito de Rede. Rede que não é somente posto de saúde de
323 Atenção Básica. Rede, que inclui Hospital, média complexidade, que inclui inclusive os
324 serviços de cada território, que atendem os pacientes que nem sempre são credenciados
325 ou vinculados aos SUS. Como por exemplo, uma clínica geriátrica. Isto é uma situação
326 que atinge todas as regiões. Qualquer Unidade Básica de Saúde, havendo lá uma casa
327 que cuida de idosos, sempre tem um médico que assiste estas pessoas, que prescreve os
328 medicamentos. Mas todos estes pacientes deveriam estar cadastrados na Unidade
329 Básica, pela qual ela é responsável. Então, tinha conceito de responsabilização, tinha a
330 idéia de acolhimento, tinha a idéia de humanização. Recebemos, aqui no Conselho,
331 denúncias, e por isso a gente propos esta pauta. De tanta reclamação. Todos os dias, os
332 usuários contando situações que são quase que inacreditáveis. Este tipo de coisa é que
333 nos choca e faz com que a gente pense que perdeu o conceito de Rede, de Sistema.
334 Então a Norma tem que valer, independente da cultura da população, da cultura que
335 vigora nos nossos serviços de saúde, onde tem muito profissional de saúde médico, e
336 inclusive posso falar de minha categoria profissional, que não sabe preencher uma
337 receita. E a Norma prevê isto sim. É direito do usuário ter uma receita com nome,
338 endereço, toda a informação necessária de como irá usar o medicamento. Isto é muito
339 importante. É muito necessário. Então, tem coisas na Norma que estão corretas, mas do
340 jeito como ela foi implantada, sem levar em conta o direito das pessoas, isto é desumano.
341 Antes da próxima manifestação o conselheiro OSCAR PANIZ lembra que ontem, quarta
342 feira, as 18:30 horas iniciou-se o debate sobre o Plano Municipal de Saúde e estamos
343 convidando a todos par participarem. Isto estará ocorrendo nas próximas 5 quartas feiras.
344 Manifesta-se a Dra. ADRIANA ROJAS, conselheira pelo Sindicato Médico do Rio Grande
345 do Sul. Diz que o Sindicato esta com uma preocupação grande sobre este tema. Desde a
346 semana passada estamos fazendo um estudo jurídico. Independente do que este estudo
347 jurídico diga, do direito a farmácia básica, que seja, de todo o usuário, a nossa dúvida é
348 em relação a o quanto isto ajuda a gestão. Porque? A gente sabe, nós que atendemos
349 na Rede Básica, nossos pacientes tem diversos Convênios. Tem Convênios que eles
350 pagam com certa dificuldade. Nos parece estranho que este paciente que já tem acesso

351 limitado a Rede, faz um sacrifício para manter o seu atendimento, seja alijado, do direito,
352 que para nós parece ser universal, não é somente do acesso ao medicamento. Então,
353 sem dúvida, o Sindicato Médico também concorda com as entidades, de sugerir
354 modificações em relação a esta Norma, e não cheguei a vê-la no seu todo, de que o
355 paciente do SUS seja melhor beneficiado, mas na prática realmente vai trazer prejuízo. O
356 paciente vai gastar mais consultas do SUS. O médico vai se sentir utilizado, porque eu
357 vim aqui somente para renovar minha receita, e nenhum de nós se forma para isso. Com
358 certeza mandaremos sugestões em relação a esta Normativa da Secretaria. Retorna o
359 Senhor JULIANO ROCHA, Coordenador da Assistência Farmacêutica, dizendo que aqui
360 foi muito questionado sobre os trabalhadores que tem Convênio, que se esforçam para
361 atenderem as suas necessidades em saúde, fazendo um sacrifício para o pagamento do
362 convênio e tendo direito então a medicação gratuita. Esta é uma pauta de discussão
363 longa, de uma parcela da população que tem Convênio de saúde. Há uma pauta a nível
364 de Secretaria Estadual de Saúde e Ministério da Saúde, sobre a obrigatoriedade de que
365 os Planos de Saúde deveriam também arcar com estes medicamentos. Lembramos que
366 esta pauta não deve ficar esquecida, pois há uma discussão jurídica disso. Inclusive o
367 nosso Hospital de Pronto Socorro tem uma questão de cobrança da UNIMED, que está
368 bloqueada pela justiça, num valor em torno de 250 mil reais, porque está em discussão
369 esta cobrança pelo SUS, Deste atendimento que é feito num usuário que já paga pelo
370 mesmo e que deveria ser completo. Não somente na consulta médica, na hospitalização,
371 mas também na questão dos medicamentos e também na questão do atendimento
372 emergencial, que é o caso do Pronto Socorro. É um assunto que quero trazer novamente
373 ao Conselho Municipal de Saúde, pois eu quero ver ele novamente discutido. Pelo menos
374 não vejo esta questão ser debatida e a última vez que vi falar nisso foi na transição de
375 governo, que eu fazia parte. Como a ADRIANA falou, estão chegando várias sugestões e
376 como vamos atendê-las? Nós não podemos dizer que simplesmente vamos atender todo
377 mundo que chegar e disser que tem uma carteira da UNIMED e tem direito de receber o
378 medicamento. Simplesmente vamos voltar a estaca zero e vamos retornar ao que era
379 antes. Tem de ser pensado, e já falei com o Secretário, e estamos vendo isso, estamos
380 aceitando sugestões, de como nós vamos poder sim atender estes trabalhadores. Se for
381 com validação de receita. Se for com um atestado de que ele é um trabalhador, de que
382 aquele convênio dele é um convênio empresa. O aumento de consultas médicas é uma
383 conseqüência que sabíamos que ia acontecer. Por isso que encaminhamos para a
384 Coordenação de Rede, com tempo hábil, para que a Coordenação estudasse, a partir de
385 junho, como íamos fazer. Nós da Assistência Farmacêutica estamos cumprindo o que nos
386 foi delegado. Sobre a redução do acesso, DÉBORA, não concordo contigo. Se fosse
387 redução de acesso, não estaríamos ampliando na própria normativa, onde diz que este
388 próprio paciente que vai no consultório particular, ele passe por consulta do SUS. Agora,
389 se não está tendo o número de consultas, nós temos, ao nível de Secretaria de ampliar o
390 número de consultas. Para a GIOVANA, em relação as Farmácias Distritais, isto ainda
391 está em processo de implantação. As Unidades de Saúde da Zona Norte não fornecem
392 psicotrópicos, e alguns medicamentos, que são de competência das Farmácias Distritais.
393 Sobre a inconstitucionalidade, TÂNIA, o próprio Sindicato Médico vai buscar esta questão.
394 A questão de fornecimento somente com receita SUS não é uma questão somente de
395 Porto Alegre. Já está implantada em vários locais do país. Deixo com a Coordenadora a
396 Portaria 1535 de 27 de setembro de 2006, da Secretaria Municipal da Saúde do Município
397 de São Paulo Procuramos comparar o que foi feito em outras Prefeituras com o que
398 estamos pretendendo e fazemos aqui. Eu participei da Conferência Nacional da Política
399 de Medicamentos e que dizia das receitas SUS. Fomos ver quem já praticava isso. A
400 Receita SUS também é exigência, porque vem da Política Estadual de medicamentos,

401 para a retirada de medicamentos especiais. O Ministério Público também está nos
402 cobrando isso. Ao Dr. PAULO, diz o JULIANO, que a Normativa em qualquer momento
403 vem com a intenção de menosprezar o trabalho médico. Diminuir o teu trabalho, como
404 coprador de prescrição de um colega teu, ou deixar de atender novos pacientes. Tanto é
405 que na própria Conferência diz que necessariamente vão se criar normativas para que
406 seja feito isso. Estamos no início. Estamos mudando. Toda mudança traz transtorno.
407 Agora, se o paciente está passando por ti, no nosso entender, é para uma nova consulta.
408 No entender da Assistência Farmacêutica é para uma nova consulta. Se ele passou 7
409 anos com um médico particular, tu não tem certeza se aquele tratamento foi correto.
410 Então tu tens que a atendê-lo numa nova consulta e atendê-lo normalmente, dentro dos
411 teus parâmetros. Ao CITOLIN, em relação à Farmácia Popular, é um Programa do
412 Governo Federal, e não estou aqui nem para julgar, nem para dar minha opinião sobre
413 isso. Quero dizer que faço visitas nas Unidades de Saúde que tem farmácia. Não fico
414 somente em gabinete. Sobre falta de medicação, não tem na quantidade necessária,
415 mas tem. Para a HELOÍSA, a questão das Clínicas Filantrópicas. O Dr. PEDRO GUS
416 implantou, em 2005, o cadastramento destas Clínicas. Foi feito isso na época porque
417 tivemos conhecimentos de Clínicas que não eram filantrópicas, pegavam os
418 medicamentos em nossas Unidades e vendiam estes medicamentos para os pacientes
419 abrumados. A Clínica entra com processo na Secretaria e o médico credenciado faz o
420 laudo de quais são as prescrições mensais daqueles pacientes e nós temos um
421 fornecimento diferenciado à estas Clínicas. Para a MARIA REJANE SEIBEL, sobre a
422 discussão com os trabalhadores. Por parte da Assistência Farmacêutica foi dado este
423 prazo que comentei. Desde junho de 2007 estávamos com nossa parte pronta e
424 encaminhamos para a Coordenação de Rede para que houvesse esta discussão com os
425 trabalhadores. Quando estivemos no Ministério Público, com a Doutora MARINES
426 ASSMANN, que nos cobrou a implantação, imediatamente entramos em contato com a
427 Coordenadora da Rede, na época, e cobramos dela uma resposta pois o prazo dado era
428 de setembro e isso estava acontecendo já no início de outubro. Ela nos disse que não
429 tinha ainda pronto, e nós já tínhamos o prazo de 5 de novembro de 2007 para publicar
430 no Diário Oficial e informar ao Ministério Público. Disse-lhe que encaminharia e foi o que
431 fiz. Recebemos de alguns colegas, inclusive médicos, sugestões para modificação da
432 Resolução. Se não chegou até vocês, nós da Assistência Farmacêutica, não tomamos
433 conhecimento. Sobre menor buscando medicamentos, nós da Assistência Farmacêutica,
434 temos que fazer uma Normativa dentro de parâmetros legais. Menor retirando
435 medicamento não é legal. Cada caso, é um caso. Quanto a cópia da receita é um
436 parâmetro de controle e auditoria do Ministério da Saúde. Retoma a Coordenadora ZILDA
437 MARTINS e passa a encaminhar novos questionamentos, iniciando pelo HUMBERTO
438 SCORZA, que diz ser sua intervenção de encaminhamento e todo o esforço que o
439 JULIANO faz para explicar, e a gente vê que é uma pessoa esforçada, mas não
440 convence. Existe muita coisa em evolução. Vai se aceitar algumas propostas. Está
441 esperando que o Sindicato Médico se manifeste. Então, existe tanta coisa, que não dá
442 para a gente entender. É uma coisa que, para mim, foi determinada sem ser apurado. Não
443 que tudo tenha de ser perfeito. Nada é perfeito. Já tem de começar num patamar
444 uniforme. Ai diz que “nós encaminhamos aos Gerentes Distritais, aos Coordenadores. Nós
445 fizemos a nossa parte” Então acho que nesta Secretaria o pessoal vive em ilhas ou oásis.
446 Porque se não existe transversalidade, não existe comunicação entre as pessoas,
447 Secretaria nenhuma funciona. Nós já tivemos 7 Coordenadores de Rede. Tanto que
448 começamos uma discussão num grupo e não sabe-se se na próxima reunião será o
449 mesmo. Não estou fazendo ironia, estou mostrando uma realidade deste ano, desta
450 Gestão que está aqui na Prefeitura, na Secretaria, agora. Não há necessidade de explicar

451 problemas pontuais e sim dizer qual é a Política da Secretaria. Traz um exemplo de São
452 Paulo e que bom. Será que não temos cabeça e capacidade aqui no nosso estado para
453 fazer uma discussão que nos sirva, ou vamos comer sempre pela boca de São Paulo,
454 dentro desta Gestão. Então o meu encaminhamento é, já que está tudo tão atrapalhado,
455 por mais que se esforcem, que este Conselho faça uma Resolução pedindo a
456 suspensão desta Normativa, dando oportunidade que, por exemplo, os funcionários, que
457 viram saco de pancada da comunidade, em determinados momentos participem da
458 discussão. Que não saiam a dizer por ai que somos contrários a Normativa, como fizeram
459 outra vez. Que esta é a posição política aqui das pessoas. Política de Saúde, sim.
460 Suspenda-se. Que se dê um pacto e venham discutir aqui dentro. E nós vamos ajudar sim
461 a Secretaria a normatizar, com nossos parâmetros, e não de São Paulo, pois sei que aqui
462 tem gente com capacidade de fazer coisas que sirvam para nossa cidade e nosso estado.
463 Fala o Conselheiro MASURQUETES, do Sindicato dos Farmacêuticos, dizendo que no
464 mesmo encaminhamento proposto pelo HUMBERTO, se traga a situação e que isso seja
465 discutido, pois a partir do momento que isto não tem a participação dos funcionários,
466 trabalhadores da Secretaria de Saúde, da Assistência Básica, estamos vendo que isto tem
467 uma série de confusões, mesmo tendo alguns pontos positivos. Tem de ser suspensa e
468 trazida para dentro do Conselho Municipal para serem resolvidos os problemas que
469 existem. Se quiséssemos alguma coisa igual a São Paulo, acredito que muita gente se
470 mudaria para São Paulo. É a terceira reunião que venho e a terceira vez que escuto falar
471 em São Paulo. Temos nossas peculiaridades. Este ano é um ano eleitoral.
472 Provavelmente, ao nível de números, aquela consulta que o PAULO tinha falado antes,
473 vai estar lá no número dos resultados da Secretaria de Saúde do atual governo do
474 município. Seguindo fala o Senhor PEDRO RIBEIRO, Coordenador do Conselho Distrital
475 Glória/Cruzeiro/Cristal. Diz que isto foi discutido na 3ª feira no Conselho da Glória e uma
476 das coisas que eu perguntei foi se alguém conhecia o TRI (Tarifa Regional Integrada) ou
477 já tinha ouvido falar. É um Programa que foi implantado pelo município e que todo mundo
478 conhece, porque foi amplamente divulgado, para que a coisa desse certo. Esta
479 Normativa, que envolve a vida de toda a população, não teve divulgação nenhuma. Pode-
480 se colocar que a Secretaria não tinha verba, houve incompetência para pensar isso ai. Má
481 fé ou se queria fazer engolir, para que a coisa passasse. De outra forma tem sido dado
482 como desculpa, para atropelar os processos que o Ministério Público está cobrando.
483 Acho que temos que ir ver o que tem sobre isso, para confirmar, porque em outras vezes
484 foi mentira. Então a Secretaria está num processo de desconfiança, de tanto que usou o
485 nome do Ministério Público para fazer as coisas. Mas, em contrapartida, a resolução do
486 Ministério Público, de que se divulgasse os nomes e horários dos trabalhadores nas
487 Unidades de Saúde até hoje não foi cumprida. A credibilidade deste discurso está em
488 cheque. Fala a Dra. ADRIANA ROJAS, do Sindicato Médico, que diz ter-lhe chamado a
489 atenção do médico simplesmente ser o repassador. Obviamente que o mínimo que se
490 espera do médico é que ele faça uma avaliação. Em hipótese alguma quando um
491 paciente entra na sua sala ele vai repassar. Fica uma coisa um pouco pejorativa. Ninguém
492 que passa pela sala do médico deveria, ou deve, somente receber uma receita “porque
493 meu médico disse que eu uso isto aqui”. Nossa preocupação em relação a este assunto
494 se baseia fundamentalmente na questão da equidade, onde muitos pacientes, no nosso
495 ponto de vista vão para a exclusão, como estes que citei. Então a equidade vai com
496 certeza ser aviltada nesta questão, que são estes pacientes que mantém o tratamento
497 por convênio ou que mantém um médico seu. Sem falar no direito do paciente de manter
498 o seu médico. Quando o paciente chega para nós dizendo que veio aqui para trocar esta
499 receita, a gente faz uma avaliação. Se aquilo tem sentido. O paciente está ali obrigado.
500 Ele gastou uma consulta da fila. Obrigado, porque ele não quer aquele médico, que não

501 conhece e nem quer saber. A preocupação não é simplesmente fazer a crítica pela crítica,
502 mas é que vai levar à exclusão de várias pessoas. Alguém comentou sobre a atuação do
503 Ministério Público. Se eu ganhasse 15 mil por mês, líquido, acho que virava santa. O
504 Ministério Público cumpre as suas funções. E ganha muito bem para isso. Fala por fim a
505 Coordenadora ZILDA DE MORAES MARTINS e diz que colheu o sentimento da Plenária
506 de estar fazendo ajustes. Adequações à realidade da Rede. Tem aspectos positivos, mas
507 a forma como está sendo implantado é que está sendo questionada. Concordo que deva
508 ser discutido aqui. A revisão médica é algo que tem de ser administrado pois não pode
509 um paciente ficar dois anos sem revisão. Proponho que a gente suspenda por um prazo
510 determinado. Talvez dois meses. O tempo não está bem claro. Fala a Conselheira
511 DÉBORA MELECCHI dizendo que deverá haver a suspensão até que haja consenso.
512 Evidentemente que as reuniões e como será este processo, tem de ser de imediato.
513 Manifesta-se o Senhor JULIANO SOFIA, esclarecendo primeiramente ao PEDRO
514 RIBEIRO, que não procura mentir e sempre quando trago alguma coisa, trago provas.
515 Trago aqui o Termo de Audiência 258/2007 da Promotoria de Justiça e Direitos Humanos,
516 do dia 21 de dezembro de 2007 e que tive que responder ao Inquérito Cível. 131/2007.
517 Diz "declarante fez a entrega de Relatório de Gestão bem como da Instrução Normativa
518 04/07, publicada no Diário Oficial". Em relação a suspensão, Senhora ZILDA, não tenho
519 de me manifestar pois é uma questão do Conselho Municipal de Saúde encaminhar ao
520 Senhor Secretário da Saúde. Manifesta-se a Conselheira ALMERINDA, dizendo que é
521 importante de que cada encaminhamento que se tira, que se tenha prazo, principalmente
522 de início. Era este meu encaminhamento. Manifesta-se o Conselheiro OSCAR PANIZ,
523 lembrando que temos Resoluções trancadas no Gabinete do Secretário, a 90 dias.
524 Sobre esta Resolução que iremos publicar o Secretário terá 30 dias para manifestar-se
525 sobre sua publicação. Minha proposta é de que se tire uma decisão e se encaminhe, por
526 ofício ao Gabinete, pois se for por Resolução teremos este trâmite burocrático, onde
527 perderemos tempo. Fala o conselheiro HUMBERTO SCORZA, dizendo que fica meio
528 atrapalhado pois existem instrumentos dentro do Controle Social que estão
529 sacramentados. Um deles se chama Resolução. Agora, se o Secretário, atualmente, esta
530 Gestão, não está respeitando, isto merece outro encaminhamento. Agora, vamos fazer o
531 que temos que fazer, ou seja, esta Resolução suspendendo, e não sei se dá para ter
532 prazo, até que haja um consenso. E nesta Resolução deve-se precisar, e ele é o
533 coordenador e pode não resolver, de que as Unidades sejam avisadas desta
534 determinação. Porque não adianta a gente fazer a coisa e o Secretário olha a Resolução
535 e dá uma risada, e não estou dizendo que ele faça isso. Resolução tem tanta que não
536 damos bola e mais uma não faz mal e vamos continuar fazendo igual. Temos nossos
537 caminhos legais. A Resolução, nós vamos votar e o Conselho comunica, não mande
538 ofício, porque se ele fosse Secretário mesmo, estaria aqui discutindo, não mandando as
539 pessoas. O JULIANO estaria assessorando ele, como Secretário. Mas ele não está nem
540 um pouco preocupado com este tipo de coisa. Um total desrespeito para com este
541 Conselho nunca se teve como se tem agora. Se bota um cristo aqui para ser crucificado
542 e hoje é tu JULIANO. Amanhã será outro. Já tivemos vários sacos de pancadas. A
543 coordenadora ZILDA MARTINS diz que se mantém a proposta de Resolução e que será
544 encaminhada ao Gestor. Será necessário estipular prazo. O Conselheiro TERRES, em
545 questão de ordem diz que devemos votar a Resolução e o Secretário fica com
546 responsabilidade de encaminhar as discussões. É colocada em votação a proposta de
547 Resolução para suspensão da Normativa 04/07, da Assistência Farmacêutica, que é
548 aprovada por 30 votos favoráveis, 2 abstenções e nenhum voto contrário. O Conselheiro
549 Distrital PEDRO RIBEIRO propõe que esta decisão seja enviada ao Ministério Público
550 Estadual para o conhecimento daquela instituição, o que é acatado por todos. O Senhor

551 JULIANO SOFIA faz uma solicitação, em virtude de uma audiência que haverá no
552 Ministério Público Estadual dia 26 de fevereiro próximo. Para que o Conselho envie, antes
553 desta reunião, uma cópia da mesma para a Senhora Procuradora, MARINES
554 ASSMANN..No andamento da Plenária a Conselheira ZILDA MARTINS encaminha para
555 os informes, que inicia com o Conselheiro PAULO GOULART, que deseja manifestar-se
556 mas gostaria que o Senhor JAMES MARTINS lhe ouvisse, mas encaminha ao
557 representante que está na mesa, Senhor ALAIN, e é sobre a assinatura do Convênio
558 com ULBRA no IAPI, que na última Plenária questioneei o Senhor JAMES e este disse
559 que na próxima plenária, que é hoje, nos traria a resposta. Em primeiro de março fará um
560 ano do término do Convênio, que até hoje não foi renovado. A ULBRA está
561 completamente ilegal lá e não tem resposta, bem como não tem resposta o Convênio com
562 o Grupo Hospitalar Conceição, sobre a Saúde Comunitária. Eu acho que não é má
563 vontade e sim incompetência. O Senhor ALAIN, que está à mesa, lhe informa que até o
564 fim da Plenária haverá uma resposta. Seguindo fala a Conselheira REJANE HAIDRICH
565 do Eixo Baltazar, diz que a Unidade de Saúde do Jardim Leopoldina esta convidando a
566 comunidade a participar da reunião extraordinária que discutirá a violência na
567 Comunidade, com as seguintes pautas: Segurança no Bairro, Andamento das Unidades
568 de Saúde, Assalto aos Usuários e Funcionários do SUS, Seqüestros Relâmpagos e
569 nosso último acontecimento onde foi assaltado nosso posto, nesta madrugada. A nossa
570 reunião acontecerá nesta segunda feira, 25 de fevereiro, as 18 horas, na Unidade Jardim
571 Dona Leopoldina. Outro informe é sobre a Semana da Mulher, que acontecerá em nossa
572 Unidade e iniciará no dia 3 de março até o dia 6, com diversos eventos e com a
573 participação da comunidade. Obrigado. Seguindo manifesta-se o Conselheiro JOSE
574 CARLOS VIEIRA, do Extremo Sul. Diz que os membros daquele Conselho Distrital
575 pretendem fazer uma visita nas Unidades da Restinga e Extremo Sul e estão solicitando o
576 fornecimento do formulário do Conselho Municipal que relata reclamações dos usuários,
577 para dar para a comunidade preencher para nós. Solicitamos também o Banner do
578 Conselho Municipal de Saúde. E queria que o JAMES ouvisse, e ele está aqui agora.
579 Tenho ligado e tu tens me deixado várias vezes pendurado no telefone. Na nossa
580 Unidade de Belém Novo, tínhamos 3 médicos pela noite. Hoje temos um, com 14 fichas,
581 para atender toda aquela comunidade. De dia nós temos um, de manhã. De tarde, temos
582 a Enfermeira, que é nossa Coordenadora da Rede e é difícil encontrar ela lá. De noite não
583 temos enfermeira. Esta semana uma paciente tentou ser atendida pela manhã, pela tarde
584 e somente conseguiu ser atendida à noite e quando passaram para o médico, estava
585 com pressão de 18/15 e o mesmo disse para ela que não era caso grave. Deu uma briga
586 tremenda na Unidade de Saúde. O descaso que estão fazendo com os pacientes. Esta
587 paciente volta na manhã seguinte e volta a cair nas mãos do mesmo médico. O que
588 fizeram? Levaram ela para uma sala, com os dois enfermeiros e disseram à ela que não
589 iam atendê-la pois era orientação do Coordenador, para não atender. Eu venho aqui
590 "brigar". Está aqui a Da,. ANA CIRNE, que vocês nos tiraram lá do Lami, que atendia
591 muito bem. O Lami é outra coisa que nós não temos. Tiramos a Dra. ANA e não foi
592 colocado ninguém no seu lugar. Saiu a Dra. MAGDA e não foi colocado ninguém. E a
593 nossa Enfermeira MARILANE Onde que está a Enfermeira MARILANE, que não temos
594 Enfermeira à noite em Belém Novo. Eu estou brigando porque a minha comunidade está
595 me cobrando. E ai falo contigo, JAMES, peço uma resposta e tu me deixa pendurado no
596 telefone. Isto é um descaso e desrespeito que tu está fazendo comigo. Obrigado. Fala,
597 seguindo, o Senhor IVO FORTES, que vem relatar sobre as atividades desenvolvidas no
598 Extremo Sul e Centro Sul, com relação ao nosso pleito relativo ao Pronto Socorro da
599 Zona Sul. Informar também de uma reunião importante que a Associação de Belém Velho
600 realizou, na terça feira passada, discutindo amplamente a questão da Unidade Básica de

601 Saúde, que está com a obra parada a 3 anos, e a comunidade não vê o processo avançar.
602 Hoje as coisas caminham em função de transformar esta UBS em Equipe de Saúde da
603 Família e aventar-se a possibilidade de fazer um novo convênio com o Hospital Divina
604 Providência. Foi tirada uma Comissão de Moradores e lideranças da Região, para levar
605 adiante esta proposta. Também surgiu na reunião, DR. JAMES, uma forte crítica no
606 atendimento da Unidade de Equipe de Saúde da Família do Rincão. Ficou marcada uma
607 reunião para o dia 7, pela tarde, lá na Unidade, para estar encaminhando esta questão.
608 Não poderia deixar de me manifestar em relação a comunidade do Extremo Sul pois
609 acho, Dr. JAMES, que a Secretaria da Saúde, na pessoa do Dr. ELISEU SANTOS, está
610 deixando a desejar nas questões de atendimento para Porto Alegre e nossa região
611 especificamente, até porque elas circulam a muito tempo neste plenário e nos parece Dr.
612 JAMES, que é preciso que urgentemente o Secretário, Dr. ELISEU SANTOS, tome uma
613 posição mais responsável em relação as necessidades de nossa região. E por fim,
614 registrar que retomamos ontem a nossas atividades em relação a nossa luta de criação
615 do Pronto Socorro do Extremo Sul, no Hospital Parque Belém. Teremos no sábado, 1º de
616 março, reunião da Câmara Técnica do Hospital onde trataremos das decisões que ontem
617 tomamos, para a partir daí comunicarmos ao Conselho Municipal de Saúde, das
618 atividades oficiais, que faremos dentro de uma semana, que se deliberou ontem, que será
619 uma Semana de Ações, dentro da cidade. Este Conselho deverá ser convidado. E já
620 pensamos em solicitar uma pauta para que a Direção do Hospital e Câmara Técnica
621 venha aqui para colocar este pleito do Pronto Socorro, por mais que o prefeito já tenha
622 dito e o próprio Secretário da Saúde também de que não vão atender a demanda, nós
623 vamos continuar a pleiteá-la. Seguindo, manifesta-se a Conselheira do Conselho Distrital
624 Norte, MARIA ANGÉLICA MELLO MACHADO. Dizendo inicialmente que, como o VIEIRA
625 e o Senhor IVO, venho com a mesma reivindicação do Norte. Acho que é geral e não
626 preciso repetir tanta coisa. Só entrei nesta luta pela saúde, como usuária porque em 2006
627 tivemos problemas com a nossa Unidade de Saúde, a Santa Rosa. Na época vim aqui,
628 relatei o que estávamos com o Posto em obras, que ficou fechado. Nossa Unidade mais
629 próxima era da Assis Brasil. A obra parou e não teve continuidade. Nós como
630 comunidade nos mobilizamos, viemos à esta plenária, ao Secretário da Saúde e
631 conseguimos abrir nosso Posto. Em 29 de agosto de 2006, por exemplo, fizemos nossa
632 reivindicação, e tivemos a reabertura do Posto. Queríamos mais um Clínico Geral,
633 tínhamos 2. Queríamos um dentista. Tivemos outros pequenos problemas, que foram
634 resolvidos. Estou representando nosso Conselho desde março. Estou aqui hoje, porque
635 temos dois clínicos gerais. A Dra. REJANE estava de férias, solicitou afastamento e
636 pediu transferência. Além de Clínica era a Coordenadora do Posto. Fizemos uma
637 reunião e fomos informados que não tem outro Clínico. Se em 2006 pedíamos um 3º
638 clínico e foi-nos dito “que bom que vocês tem dois”. Imaginem agora, que perdemos este
639 Clínico. A 11 anos a nossa Coordenadora estava lá. Tomamos a iniciativa, como
640 Conselho Local da Santa Rosa de trazer este documento, que passo à Coordenação da
641 mesa, denunciando a situação e nossa reivindicação e um segundo problema, que vamos
642 enfrentar, e já estamos enfrentando, que além da Dra. REJANE ser Clínica Geral, temos
643 2 ginecologistas, mas uma delas está saindo por aposentadoria. Ou seja, estamos com
644 dois problemas sérios. A nossa região, o nosso Posto de Saúde da Santa Rosa tem em
645 torno de 30 anos. A população quatriplicou. Estamos reivindicando um novo Posto de
646 Saúde desde as Pré-conferências e Conferências de Saúde. Nossa Região precisa.
647 Temos a UBS Ramos, que é um problema gravíssimo também, falta de pessoal. Temos
648 a Vitória da Conquista, que é uma ocupação no Sambódromo. É uma área de risco. Tem
649 coisas terríveis. Temos procurado, enquanto Conselho, dar uma mão para aquele
650 pessoal. Temos lá leptospirose, que não devia mais estar acontecendo, mas acontece.

651 Não tem Saneamento Básico, não tem água encanada. Dever ter em torno de 10 mil
652 moradores. Gostaríamos de uma resposta imediata. Precisamos, no mínimo de permuta.
653 Saiu a nossa Coordenadora, tudo bem, mas precisamos que seja colocado outro clínico
654 geral. Obrigado. A Conselheira GIOVANA MONTEIRO, representante dos trabalhadores
655 na Distrital Norte confirma as dificuldades e gostaria que para a próxima Plenária, agora
656 em março, já houvesse uma resposta, no mínimo sobre a permuta. Seguindo fala o
657 Conselheiro ALBERTO TERRES, dizendo que na verdade quer fazer uma comunicação e
658 uma denúncia ao Conselho. E quero falar aqui também sobre a composição deste
659 Conselho. Conforme a Legislação 8142/90, a composição deste Conselho é composta
660 por usuários, trabalhadores, prestadores e gestores e cada um destes segmentos,
661 cumprem um papel. Cada um destes, tem uma militância maior ou menor. Mas todos nós
662 fazemos parte do Controle Social, que é a discussão sobre Política de Saúde. Agora
663 temos de fazer uma discussão sobre Política de Saúde e não em algum momento, um
664 destes segmentos, pessoas de determinados segmentos, atacar outro segmento. O que
665 tem acontecido neste Conselho, e a gente já falou isso, é um ataque constante aos
666 representantes dos trabalhadores, os sindicalistas. Quero aqui dizer que inúmeras vezes,
667 eu enquanto Sindicato dos Municipários e outros sindicalistas, já fomos atacados e nós
668 fazemos parte do Controle Social e ajudamos muito este Conselho. Quem não lembra aqui
669 nós do Sindicato dos Municipários, do Sindicato dos Enfermeiros e outros, na questão dos
670 Implantes Intradérmicos. Fizemos todo um debate. Na questão do Pronto Atendimento da
671 Cruzeiro do Sul. O SIMPA estava lá, lutando contra o fechamento do PACS. O
672 SINDISAUDE quando da história dos PSFs. Então nós temos nossa história, quanto
673 trabalhadores. E temos sido atacados, e há algum tempo. Estou deixando para fazer esta
674 denúncia hoje aqui, para não ser acusado de atrapalhar o processo eleitoral, mas na
675 reunião do Núcleo de Coordenação deste Conselho, do dia 12 de dezembro de 2007,
676 estavam debatendo sobre a eleição e em determinado momento a Dra .ANA MARIA
677 CIRNE, que estava representando o Gestor, atacou mais uma vez o segmento dos
678 trabalhadores . Se referiu a mim e não somente, mas atacou a entidade que represento,
679 que é o SIMPA (Sindicato dos Municipários). Vou ler os trechos que foram lavrados
680 naquela ata de 12 de dezembro, usados pela representante do Governo. “Eu acho uma
681 falta de ética, gostam tanto de falar do Gestor, e aquela palhaça e aquele TERRES, que é
682 outro palhaço, sem vergonha, na plenária, que o Gestor não vem nunca. São dois
683 palhaços na plenária. A REJANE e o TERRES, falando de ética.” Logo depois atacou
684 novamente. “Fiquei braba ontem, quando fui fazer o levantamento das presenças,
685 porque queria a CUT fora do processo eleitoral, por politicagem partidária. Porque, por
686 politicagem partidária, tiraram a GENECI, aquela boboca. Se não tivesse vindo na quinta
687 feira, estava fora. A GENECI, boboca, salvou a CUT. “ Isto é lamentável, pois é a forma
688 como o representante do governo FOGAÇA trata o Controle Social e nós não vamos
689 compactuar com este desrespeito. Então, eu quero fazer esta denúncia, e nós, do
690 Sindicato dos Municipários estamos fazendo uma análise jurídica para responsabilizar
691 juridicamente, por estas manifestações, não somente contra a minha pessoa, mas
692 também contra uma entidade, que é o Sindicato dos Municipários. Muito obrigado.
693 Seguindo, fala a Conselheira SILVIA GIULIANI, representando o Conselho Regional de
694 Psicologia, que refere-se a uma solicitação de implantação dos CAPS (Centros de Apoio
695 PsicoSocial). Ao seu processo de implantação, previstos no Plano Municipal de Saúde,
696 aprovado em maio de 2006 e também na Plenária de 27 de Setembro de 2007, quando a
697 Saúde Mental foi pauta específica. Na Plenária do Conselho Municipal de Saúde, a
698 Coordenação da ASSEPLA informou que 5 CAS seriam implantados até dezembro de
699 2007. O CAPS-AD na Cruzeiro, que é o único comum ao Plano e os outros todos novos,
700 diferente do Plano. Então não sei se são 9 ou são 5. CASP-I na Restinga. CAPS-I Leste.

701 CAPS II Lomba. CAPS II IAPI. Gostaríamos de saber qual é o processo e em que
702 momento de implantação se encontra estes CAPS. E queria também localizar uma
703 situação grave, que a gente não precisaria da mídia para nos lembrar, mas a Zero Hora
704 de 17 de fevereiro dá mais uma notícia sobre a questão do crack e o sofrimento das
705 pessoas usuárias de drogas, que não tem acesso a tratamento na cidade, de forma
706 satisfatória. Temos conhecimento de um CAPS-AD vinculado ao Grupo Hospitalar
707 Conceição. Quando ele foi à Comissão de Saúde Mental, causou surpresa pois ele
708 informou que tinha vagas. É uma situação gravíssima, onde tem um em serviço e tem
709 vagas. Ai tem que perguntar quais são os motivos. Se são critérios. Se for gerenciamento,
710 se é o tipo de tratamento oferecido, porque é surpreendente. Então, sobre a questão das
711 drogas, foi aprovado um Projeto das Comunidades Terapêuticas que demorou muito para
712 ter uma entidade habilitada. Tinha que se enquadrar nos critérios da ANVISA. Somente a
713 PACTO se habilitou. Bem, mas o CAPS-AD da Cruzeiro, seria o CAPS que avaliaria o
714 ingresso na Comunidade Terapêutica. A PACTO já está habilitada e parece que já em
715 funcionamento. A pergunta é por onde os pacientes estão acessando o serviço, visto que
716 não foi implantado o CAPS-AD na Cruzeiro? Então é uma lógica. E com a agravante do
717 fechamento de mais de 80 leitos para usuários de drogas do Vila Nova e do Espírita.
718 Então o cenário é caótico. Fala a seguir a MARIA REJANE SEIBEL, do Sindicato dos
719 Enfermeiros e antes de meu informe quero manifestar solidariedade ao colega do
720 Sindicato dos Municipários. Tenho conhecimento da Ata e talvez todos os presentes aqui
721 deveriam ler esta Ata. Acho que não valeria a pena comentar aqui. A própria história
722 mostra o que é o palhaço. Qual a definição. Se for um palhaço que traz alegria, traz a
723 verdade, traz um novo sentimento para as pessoas, eu não tenho problema nenhum de
724 ser palhaço. Agora, a própria história mostra o que é o bobo da corte e a quem presta
725 serviços. Então para mim não é problema. Talvez as pessoas se olhando no espelho,
726 possam se definir melhor. E na verdade eu quero falar aqui sobre a Lei 10384/2008 de
727 8 de fevereiro de 2008, que institui o Centro Integrado de Planejamento de Porto Alegre.
728 É um decreto assinado pelo prefeito Municipal de Porto Alegre. É uma Lei da Câmara de
729 Vereadores de Porto Alegre e como no ano passado tivemos toda aquela discussão sobre
730 Planejamento Familiar, um Seminário e a partir disso sabemos que há um Projeto na
731 ASSEPLA, através da Saúde da Mulher. A minha pergunta é de como que está sendo
732 encaminhada esta questão da aprovação deste Centro em conjunto com a Secretaria,
733 com a ASSEPLA? Como isso será trabalhado, como Rede? Seguindo, fala a
734 Coordenadora ZILDA DE MORAES MARTINS, que respondendo sobre esta questão da
735 Gerência Sul/Extremo Sul, que o VIEIRA trouxe, que fizemos uma tentativa, enquanto
736 Conselho, de aproximar, escutar o Dr. THIAGO e o VIEIRA. Vieram aqui, com muita
737 dificuldade. Ambos apertaram as mãos. Percebemos que há dificuldades de
738 relacionamento, muito sério. Marcamos uma próxima reunião e nesta o Dr. THIAGO não
739 compareceu, alegando problemas pessoais. A idéia é de continuarmos, tentarmos
740 aproximar pois não há diálogo na região. E o VIEIRA trás para cá estas questões pois
741 não há a interlocução na região. Sobre as Comunidades Terapêuticas também não temos
742 informações, pois em 26 de dezembro recebemos a informação de que dois adolescentes
743 foram internados por ordem judicial. Talvez esteja sendo esta a forma. Como a SILVIA
744 coloca, precisamos saber qual o critério que está sendo usado, para as internações. Em
745 relação a esta Ata de 12 de dezembro, referida pelo TERRES. É uma ata da reunião de
746 Núcleo. As reuniões do Núcleo têm uma proposta de encaminhamentos, de registros. A
747 gente acaba gravando para não perder os encaminhamentos. Esta Ata foi degravada e
748 circulou. Nós avaliamos que algumas pessoas falaram aqui e têm questões muito fortes.
749 No caso da ANA CIRNE foi até um desabafo que ela colocou, que vem sofrendo, até em
750 relação a história dela, de trabalhadora. Ela acabou desabafando e pedindo até desculpas,

751 pois reconheceu que se excedeu. Também sobre esta Ata, foi encaminhado um pedido
752 de Sindicância, via Gestor, para saber sobre coisas que acho que estão sendo violadas,
753 antes de qualquer discussão, de qualquer aprovação, de qualquer esclarecimento. Mas é
754 umas questões específicas, que nós não queremos trazer, neste momento, pois as coisas
755 não estão totalmente claras. O Conselheiro JOSÉ CARLOS VIEIRA pede um aparte e
756 diz que ontem consegui falar com o Dr. THIAGO. Falou com ele e o mesmo até solicitou
757 que reforçasse este pedido que foi feito por mim, anteriormente, ao JAMES. Retoma a
758 Coordenadora ZILDA dizendo que há uma proposta de Plenária Extraordinária no dia 13
759 de março, onde estamos convidando o responsável pela 1ª Coordenadoria de Saúde da
760 Secretaria de Saúde do Estado, Dr. NEWTON, que irá ajudar a esclarecer melhor como
761 é a forma que o Estado analisa a questão do Relatório de Gestão e o que acontece para
762 o município quando não aprovamos um Relatório. Seguindo, informa a ZILDA que nossa
763 próxima Plenária é em 6 de março e uma das pautas é OUIDORIA. O Conselheiro
764 HUMBERTO SCORZA manifesta-se, preocupado com a debandada que houve na
765 Plenária e a maioria era representante do Gestor. O pessoal não está motivado em fazer
766 uma discussão não somente daquilo que interessa no momento, ou servir como tropa de
767 choque do gestor. Isso entristece. Viemos, demos apoio a alguém que não respondeu
768 nada de nada. Vão embora e ficamos nós aqui discutindo, JAMES, que é para fazer o
769 Controle Social. Ai o ALAIN é questionado sobre algumas coisas e não responde pois
770 quem sabe as repostas és tu. De certo estavas esperando que o JAMES chegasse.
771 Somente quero dizer o seguinte. Quando designamos alguém para vir aqui, a gente
772 informa que vai representando o Gestor. Não sei se é o ALAIN, mas vi que a ANA
773 votou. Não sei como ficam estas coisas. Agora, ele não sabia a resposta que o PAULO
774 perguntou e vem perguntando a tempos. Tu vem aqui para representar o Gestor. Para ser
775 o escrivão, tudo bem. Com todo respeito, para depois repassar para o Gestor. Agora, tu
776 tens de ter as respostas. A Coordenadora ZILDA MARTINS manifesta-se e assume parte
777 desta culpa nas respostas. Fala então o Senhor ALAIN BEIRESDORF, dizendo
778 inicialmente que está correto o Dr. HUMBERTO pela sugestão, e para ajudar, os
779 representantes no Conselho são a Dra ANA, que estava na Comissão Eleitoral e ficou
780 reunida até as 19:30 horas de hoje e o JAMES, que não estava no início da Plenária, e
781 desta forma, os estava representando e por isso sentei à mesa. Quanto aos
782 questionamentos que foram feitos, não os respondi pois não houve o momento dado pela
783 coordenação da mesa, seguindo aqueles ensinamentos de respeito, para não estar
784 atrapalhando a Coordenação da mesa. Agora que tenho a oportunidade de responder
785 destes, talvez dez conselheiros que fizeram intervenções, a que eu tenho condições de
786 responder, Dr. HUMBERTO, é uma demanda que está na minha mesa e que é sobre as
787 Comunidades Terapêuticas, que foi questionado pelo Conselho, através de ofício, sobre o
788 investimento de 500 mil reais e que estou providenciando a resposta para o início da
789 próxima semana. As demais, a gente não pode querer, como foi falado, saber todas as
790 respostas no momento em que as perguntas são feitas. Então, se o senhor achou que eu
791 estava copiando, realmente estava e justamente ai, amanhã, quando voltar à Secretaria,
792 buscar as respostas. Sobre as vagas do Vila Nova, do Clínico, que a ANGÉLICA esta
793 cobrando. Todas as perguntas feitas hoje não tem como dar resposta. A gente nunca
794 sabe o que será trazido para a Plenária, ou então deveríamos ter todos os representantes
795 da Secretaria, das Políticas, para podermos dar as respostas. E ai o Dr. HUMBERTO
796 está correto, pois acredito que mais da metade que estava aqui não era representante do
797 Gestor, que podemos conferir com a Lista de Presença. Lembro também que todas as
798 terças feiras, pela manhã o Conselho Municipal, através da sua Coordenação está se
799 reunindo também com o Secretário Substituto da Saúde. Muitas destas questões,
800 levantadas aqui hoje e outras, de outras plenárias, têm sido tratadas nestas reuniões.

801 Como nós podemos trazer as respostas, a Coordenação do Conselho também pode
802 ajudar nestas pois elas também são tratadas nestas reuniões. A do Conselheiro PAULO
803 não quis responder, pois o JAMES está aí e pode fazê-lo. Então Senhor PAULO,
804 agradeço sua insistência, pois é nesta insistência que conseguimos mudar as coisas na
805 cidade. Fala então o Senhor JAMES MARTINS DA ROSA, que se justifica por não ter
806 chegado no horário. Estava fazendo uma prova. Sobre o Convênio da ULBRA, o mesmo
807 voltou da Procuradoria Geral do Município com uma série de anotações e nós estamos
808 completando estas anotações solicitadas, para voltar para a PGM e ter o seu desfecho
809 final. Infelizmente esse é o nosso processo na Prefeitura Municipal de Porto Alegre.
810 Temos que cumprir as etapas. A previsão, é de que possivelmente até março, seja
811 resolvida. Passa então a Coordenadora ZILDA DE MORAES MARTINS para a Comissão
812 Eleitoral, que deverá comunicar o resultado das Eleições. Fala o Senhor PEDRO
813 RIBEIRO, membro da Comissão, juntamente com a Dra. ANA MARIA DE ARAUJO
814 CIRNE e NEI CARVALHO. Diz o Senhor PEDRO que hoje então foi cumprida a etapa
815 final das Eleições e estaremos oficialmente divulgando o resultado. Antes disso quero
816 dizer que na nossa avaliação, pessoal, e da Comissão, o trabalho da Comissão foi muito
817 bem feito, com muita seriedade. Somos pessoas diferentes. Nós três tivemos momentos
818 de discussão, sobre entendimento das questões que estávamos trabalhando. Mesmo que
819 não estivessem os três em Porto Alegre, nos comunicávamos, discutíamos e chegávamos
820 a um entendimento. Fica ressaltado, E isso discutimos entre nós, sobre o direito de cada
821 um de se manifestar. A nossa avaliação é de que nosso trabalho foi com seriedade e
822 atingiu os objetivos, que irão se completar no dia da posse. Passo a ler o **relato da**
823 **HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DA ELEIÇÃO**(Documento anexo à Ata e arquivado
824 junto à esta Ata na Secretaria do Conselho) Encerrada a leitura o Senhor PEDRO
825 RIBEIRO passa uma cópia do documento de Homologação da Eleição a cada
826 representante das Chapas e uma via para a Secretaria do Conselho e passa a palavra a
827 seguir para a Conselheira ZILDA DE MORAES MARTINS, representante da Chapa 2. Diz
828 a Senhora ZILDA que este Conselho Municipal de Saúde está de parabéns. Pela primeira
829 vez na história do conselho que temos duas chapas concorrendo. Isso é um crescimento.
830 Parabéns a todos nós e parabéns a Chapa da MARIA LETICIA. Democracia é assim
831 mesmo. E fico muito feliz porque conseguimos participar da Eleição. Não fomos alijados.
832 Nem que fosse através de uma medida. O processo continua, mas eu acho que não é o
833 atual objetivo de reverter nada. É um processo que iniciou. Devemos ficar tranquilos,
834 porque não há intenção. Realmente esta ação visava a nossa participação. Não era
835 para interromper o processo. Não era nosso objetivo. Apesar de ter-se colocado duas
836 possibilidades. A juíza optou por esta, que achamos a mais adequada. Ao sair desta
837 Gestão, gostaria de agradecer a colaboração e o apoio de todos. Com as críticas, com o
838 jeito que a Plenária é, contribuiu muito. Esse é o estilo desta Plenária. Neste tempo que
839 fiquei, aprendi muito, contei com a colaboração de muitas pessoas, no dia a dia e uma
840 coisa que sempre coloco e que me sinto incompreendida, o Conselho tem o seu
841 funcionamento e realmente precisa de uma dedicação e é necessário que os 4
842 segmentos estejam participando, colocando suas propostas. Agradeço a todos e vou
843 continuar na militância do SUS. Este ano vou me aposentar e vou voltar lá para o meu
844 Conselho Distrital, aí como usuária. Muito obrigado a todos e desejo que sejam felizes e me
845 coloco para contribuir. Manifesta-se a seguir a Conselheira MARIA LETICIA DE
846 OLIVEIRA GARCIA, representante da Chapa vencedora, que num primeiro momento
847 agradece a participação de todos os Conselheiros e Conselheiras, que participaram e
848 deram crédito ao nosso processo eleitoral. Mesmo os que não puderam votar. Penso que
849 tivemos um momento importante. O Conselho está crescendo. Ainda é um adolescente.
850 Todos os nossos erros e acertos fazem parte da nossa caminhada. O Conselho sai deste

851 processo vitorioso. O único momento que acho foi falho para nós, foi a possibilidade do
852 debate entre as duas chapas. Mas como sabemos todos os percalços, em virtude disto
853 que não tivemos esta oportunidade. Não sou uma pessoa de falas longas, mas sou uma
854 pessoa que gosta muito de trabalhar. Quem me conhece, sabe disso e convido a todos a
855 continuar trabalhando pela construção do SUS, que queremos forte, público e estatal.
856 Obrigado. Retoma o Senhor PEDRO RIBEIRO e diz que após este processo eleitoral
857 ficaram algumas questões principalmente referentes ao Regimento Interno, que devem
858 ser ajustadas. Nada mais havendo a tratar a plenária é encerrada as 21;45, sendo lavrada
859 a presente Ata.

860
861

862 ZILDA DE MORAES MARTINS
863 Coordenadora do Conselho
864 Municipal de Saúde

OSCAR RISSIERI PANIZ
Secretario

865
866
867

868 **CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO ALEGRE**

869
870
871

870 **Comissão Eleitoral da Eleição do Núcleo de Coordenação** 871 **Biênio 2008/2009**

872
873
874

874 **Homologação do Resultado da Eleição**

875
876

877 A Comissão Eleitoral da Eleição do Núcleo de Coordenação do Conselho Municipal de
878 Saúde de Porto Alegre, cumprindo o Cronograma Eleitoral, apresenta o resultado da
879 eleição para o Núcleo de Coordenação do Conselho Municipal de Saúde Biênio
880 2008/2009.

881
882
883

883 **Preâmbulo**

884
885
886

887 A Comissão Eleitoral baseou-se, para nortear suas avaliações e pareceres, no Regimento
888 Interno do Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre aprovado em Sessão Ordinária
889 realizada em 8 de novembro de 2007, no Regulamento Eleitoral e no Cronograma
890 Eleitoral.

891
892

893 A Comissão em todas as suas manifestações oficiais expressou o que foi acordado entre
894 os seus membros, resguardando e respeitando o direito individual de manifestação de
895 cada um.

896
897

898 A Comissão entendeu que o Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde,
899 aprovado pela plenária deste Conselho, forneceu os elementos necessários para as suas
900 tomadas de decisão.

901
902

903 A Comissão buscou a todo o momento fazer a correta compreensão do Regimento Interno
904 do Conselho Municipal de Saúde e do conceito científico dos termos nele utilizados.

905
906

901 No dia 9 de janeiro de 2008 a Comissão Eleitoral divulgou as duas chapas concorrentes e
902 o resultado da análise da documentação apresentada por cada uma.

903
904 No período compreendido entre 9 a 14 de janeiro as chapas apresentaram recursos sobre
905 as irregularidades identificadas pela Comissão.

906
907 Neste dia 28 de janeiro, avaliado os recursos apresentados, a Comissão Eleitoral
908 homologou a chapa encabeçada pela Conselheira Maria Letícia de Oliveira Garcia.

909
910 No dia 13 de fevereiro a Comissão Eleitoral compareceu a reunião do Núcleo de
911 Coordenação para apresentar sua preocupação sobre a possibilidade de ação judicial
912 envolvendo o processo. Expressamos nossa sugestão de que o Núcleo se preparasse
913 com recursos jurídicos, caso ocorresse, para a defesa da institucionalidade do Conselho
914 Municipal de Saúde e dos seus regimentos.

915
916 No dia 20, por volta das 17 horas, a Comissão Eleitoral foi cientificada pela Secretaria
917 Executiva do Conselho Municipal de Saúde de documento judicial emitido pela juíza Ketlin
918 Carla Pasa Casagrande da 5ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central, concedendo
919 antecipação de tutela determinando a homologação da inscrição da chapa encabeçada
920 pela Conselheira Zilda de Moraes Martins.

921
922 No dia 21 foi instalada a mesa eleitoral com o acompanhamento, pela manhã, dos
923 conselheiros Elen Maria Borba e Clodomar Freitas como fiscais das chapas 1 e 2,
924 respectivamente, e à tarde, pelos conselheiros Débora Raymundo Melecchi e Clodomar
925 Freitas, pelas chapas 1 e 2, respectivamente.

926 **Resultado**

927
928 Contado os votos, com o devido acompanhamento dos fiscais representantes das duas
929 chapas, Maria Letícia de Oliveira Garcia e Clodomar Freitas, pelas chapas 1 e 2,
930 respectivamente, obtivemos o seguinte resultado:

931
932 Chapa 1 – 16 votos
933 Chapa 2 – 12 votos
934 Votos nulos – 0
935 Votos em branco – 0
936 Total de votantes - 28

937
938 Pelo resultado obtido, a Comissão Eleitoral declara eleita para o Núcleo de Coordenação
939 do Conselho Municipal de Saúde biênio 2008/2009, a Chapa 1 encabeçada pela
940 Conselheira Maria Letícia de Oliveira Garcia.

941
942 Porto Alegre, 21 de fevereiro de 2008.

943 **Comissão Eleitoral**

944 *Aprovado na Plenária do dia 06/12/2007.*

945
946
947
948 Ana Maria de Araújo Cirne

Nei Carvalho

Pedro Luiz do Amaral Ribeiro

949 Ata aprovada na reunião Plenária do dia 13/03/2008.

950